



RUY BARBOSA

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Simulado Final **TCE MG**

Analista De Controle Externo

Engenharia - Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **TCE-MG**, cargo de **Analista de Controle Externo - Engenharia**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/3o9oAu7Q3ERQhBb3A>

01 - (A B C D E)	17 - (A B C D E)	33 - (A B C D E)	49 - (A B C D E)	65 - (A B C D E)
02 - (A B C D E)	18 - (A B C D E)	34 - (A B C D E)	50 - (A B C D E)	66 - (A B C D E)
03 - (A B C D E)	19 - (A B C D E)	35 - (A B C D E)	51 - (A B C D E)	67 - (A B C D E)
04 - (A B C D E)	20 - (A B C D E)	36 - (A B C D E)	52 - (A B C D E)	68 - (A B C D E)
05 - (A B C D E)	21 - (A B C D E)	37 - (A B C D E)	53 - (A B C D E)	69 - (A B C D E)
06 - (A B C D E)	22 - (A B C D E)	38 - (A B C D E)	54 - (A B C D E)	70 - (A B C D E)
07 - (A B C D E)	23 - (A B C D E)	39 - (A B C D E)	55 - (A B C D E)	71 - (A B C D E)
08 - (A B C D E)	24 - (A B C D E)	40 - (A B C D E)	56 - (A B C D E)	72 - (A B C D E)
09 - (A B C D E)	25 - (A B C D E)	41 - (A B C D E)	57 - (A B C D E)	73 - (A B C D E)
10 - (A B C D E)	26 - (A B C D E)	42 - (A B C D E)	58 - (A B C D E)	74 - (A B C D E)
11 - (A B C D E)	27 - (A B C D E)	43 - (A B C D E)	59 - (A B C D E)	75 - (A B C D E)
12 - (A B C D E)	28 - (A B C D E)	44 - (A B C D E)	60 - (A B C D E)	76 - (A B C D E)
13 - (A B C D E)	29 - (A B C D E)	45 - (A B C D E)	61 - (A B C D E)	77 - (A B C D E)
14 - (A B C D E)	30 - (A B C D E)	46 - (A B C D E)	62 - (A B C D E)	78 - (A B C D E)
15 - (A B C D E)	31 - (A B C D E)	47 - (A B C D E)	63 - (A B C D E)	79 - (A B C D E)
16 - (A B C D E)	32 - (A B C D E)	48 - (A B C D E)	64 - (A B C D E)	80 - (A B C D E)

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/WkNT>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Luccas***TEXTO 1**

Em uma sala de aula típica brasileira, apenas uma pequena minoria dos alunos está aprendendo o currículo esperado de matemática. No 5º ano do ensino fundamental, é menos da metade dos estudantes, mas essa proporção cai ao longo da vida escolar. Ao final do ensino fundamental, é apenas um quinto dos estudantes que apresentam aprendizagem adequada, chegando a menos de 9% no ensino médio, segundo o Anuário Brasileiro da Educação Básica, com dados do Saeb 2023.

O cenário é devastador. Imagine concluir a educação básica sem conseguir realizar operações simples de porcentagem, ou tendo dificuldade de entender o significado das referências numéricas mencionadas no parágrafo anterior. Possivelmente não é um exercício de imaginação muito complexo, uma vez que é bastante provável, estatisticamente, que você conheça alguém que não aprendeu o básico de matemática na escola - ou você mesmo seja essa pessoa.

Em uma tentativa inédita na educação nacional para mudar esse contexto de forma sistêmica, foi instituído pelo governo federal o Compromisso Nacional Toda Matemática. O programa irá operar com base no regime de colaboração entre os entes federados, assim como outros programas já vêm priorizando para promover equidade e fortalecer a gestão territorial do ensino. O principal objetivo, ambicioso, é assegurar que todos os estudantes da educação básica desenvolvam competências e habilidades estabelecidas para cada etapa.

Além do regime que respeita a autonomia de cada ente, o programa prevê apoio técnico e financeiro para as redes de ensino, buscando garantir o básico para o ensino de matemática: formação de professores, materiais didáticos e outros recursos pedagógicos. A iniciativa também deve articular diferentes sistemas de avaliação, os quais devem subsidiar o acompanhamento sistemático da aprendizagem e embasar as decisões pedagógicas. Há ainda a previsão da disseminação de boas práticas, por meio de premiações - estratégia recorrente nesta gestão e que, isoladamente, tem eficácia limitada.

A expectativa é de que estes esforços, se bem implementados, não demorem a dar os primeiros resultados já nas próximas avaliações. Na comparação internacional, os números são vergonhosos. Em avaliações internacionais como o Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes) e TIMSS (Estudo Internacional de Tendências em Matemática e Ciências), o Brasil recorrentemente figura entre os piores países do mundo em aprendizagem matemática. Estamos em um patamar tão baixo, com tantas desigualdades regionais, raciais e de gênero, que é razoável supor que uma estratégia sistêmica bem executada tem bastante potencial para melhorar a aprendizagem em matemática.

Não aprender o suficiente dos números no começo da vida escolar pode levar a dificuldades persistentes e até à rejeição à disciplina. Não aprender o suficiente se constitui como uma barreira a carreiras mais promissoras em termos salariais. A matemática está presente em tudo o que fazemos na vida cotidiana, inclusive no entendimento de decisões políticas. Quando o Brasil não aprende o suficiente de matemática, se limita não apenas o desenvolvimento econômico, mas também o desenvolvimento de cidadãos para a cidadania e participação democrática.

(Fonte: Priscilla Bacalhau. Disponível em: folha.uol.com.br)

1. Segundo as ideias veiculadas no Texto 1, o baixo desempenho dos estudantes brasileiros em matemática
 - a) é um fenômeno circunscrito aos anos do ensino fundamental.
 - b) advém do desinteresse que os alunos nutrem pela disciplina.
 - c) manifesta-se já nos anos iniciais, atenuando-se até a conclusão da educação básica.
 - d) está associado à dificuldade de compreender operações matemáticas básicas e referências numéricas.
 - e) é comparável ao desempenho médio dos países em avaliações internacionais.

2. O Texto 1 caracteriza-se como predominantemente
- a) injuntivo.
 - b) dissertativo-expositivo.
 - c) narrativo.
 - d) dissertativo-argumentativo.
 - e) descritivo.
3. No trecho “Não aprender o suficiente se constitui como uma barreira a carreiras mais promissoras em termos salariais” (último parágrafo), observa-se a figura de linguagem
- a) catacrese.
 - b) metonímia.
 - c) eufemismo.
 - d) metáfora.
 - e) personificação.
4. Assinale a opção em que é apresentada proposta de reescrita gramaticalmente correta e coerente com base no Texto 1.
- a) Não nos esqueçamos de que, quando os brasileiros não aprendem o básico de matemática, o desenvolvimento da economia e de cidadãos para a participação democrática resta limitado.
 - b) Não nos esqueçamos que, quando os brasileiros não aprendem o básico de matemática, o desenvolvimento da economia e de cidadãos para a participação democrática restam limitados.
 - c) Não nos esqueçamos que, quando os brasileiros não aprendem o básico de matemática, o desenvolvimento da economia e de cidadãos para a participação democrática resta limitado.
 - d) Não esqueçamo-nos de que, quando os brasileiros não aprendem o básico de matemática, o desenvolvimento da economia e de cidadãos para a participação democrática resta limitada.
 - e) Não nos esqueçamos de que, quando os brasileiros não aprendem o básico de matemática, o desenvolvimento da economia e de cidadãos para a participação democrática restam limitados.
5. No que diz respeito à concordância nominal e verbal no Texto 1, assinale a opção correta.
- a) No último período do quarto parágrafo, a forma verbal “Há” pode ser substituída por **existirão**.
 - b) No terceiro período do segundo parágrafo, a forma verbal “é” está flexionada na terceira pessoa do singular, estabelecendo concordância com o termo que a antecede — “Possivelmente”.
 - c) A correção gramatical seria preservada caso o trecho “competências e habilidades estabelecidas” (terceiro parágrafo) fosse substituído por **talentos e habilidades estabelecidos**.
 - d) No terceiro período do primeiro parágrafo, a flexão da forma verbal “apresentam” na terceira pessoa do plural justifica-se pela concordância verbal com o termo “estudantes”, que é o núcleo do sujeito da oração.
 - e) No último período do quinto parágrafo, sem prejuízo da correção gramatical, a forma verbal “é” poderia ser flexionada na terceira pessoa do plural — **são** — em concordância com o termo “desigualdades”.
6. Cada uma das próximas opções apresenta um trecho do Texto 1 seguido de uma proposta de reescrita. Assinale a opção na qual a proposta apresentada mantém a correção gramatical.
- a) “pode levar a dificuldades persistentes” (primeiro período do último parágrafo): **pode levar à dificuldades persistentes**
 - b) “até à rejeição à disciplina” (primeiro período do último parágrafo): **até a rejeição à disciplina**
 - c) “não demorem a dar os primeiros resultados” (primeiro período do quinto parágrafo): **não demorem à dar os primeiros resultados**
 - d) “como uma barreira a carreiras mais promissoras em termos salariais” (segundo período do último parágrafo): **como uma barreira as carreiras mais promissoras em termos salariais**
 - e) “para melhorar a aprendizagem em matemática” (último período do quinto parágrafo): **para melhorar à aprendizagem em matemática**

7. No trecho *“Quando o Brasil não aprende o suficiente de matemática, se limita não apenas o desenvolvimento econômico...”* (último período do texto), o vocábulo “se”

- a) exprime circunstância de condição.
- b) introduz uma oração explicativa.
- c) indetermina o sujeito da oração na qual ele se insere.
- d) é um pronome pessoal oblíquo que expressa reflexividade.
- e) indica que a oração na qual ele se insere está na voz passiva.

8. A correção gramatical e a coerência do Texto 1 seriam mantidas caso fosse isolado por vírgulas o trecho

- a) “pelo governo federal” (primeiro período do terceiro parágrafo).
- b) “da educação básica” (último período do terceiro parágrafo).
- c) “entre os piores países do mundo” (terceiro período do quinto parágrafo).
- d) “os primeiros resultados” (primeiro período do quinto parágrafo).
- e) “o suficiente” (último período do último parágrafo).

9. No Texto 1, pertencem à mesma classe de palavras os vocábulos

- a) “figura” (terceiro período do quinto parágrafo) e “limita” (último período do sexto parágrafo).
- b) “suficiente” (primeiro período do sexto parágrafo) e “bastante” (último período do segundo parágrafo).
- c) “apenas” (primeiro período do primeiro parágrafo) e “cada” (último período do terceiro parágrafo).
- d) “básico” (primeiro período do quarto parágrafo) e “internacional” (segundo período do quinto parágrafo).
- e) “outros” (primeiro período do quarto parágrafo) e “mais” (segundo período do sexto parágrafo).

10. Assinale a opção em que há correta correspondência entre o termo destacado e seu respectivo valor semântico no Texto 1.

- a) “segundo” (último período do primeiro parágrafo) – explicação
- b) “uma vez que” (segundo período do segundo parágrafo) – concessão
- c) “que”, em “que é razoável supor” (último período do quinto parágrafo) – consequência
- d) “como”, em “como uma barreira a carreiras mais promissoras” (segundo período do sexto parágrafo) – causa
- e) “mas” (último período do sexto parágrafo) – contraposição

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

11. O Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), instituído pela Lei 14.133/2021, é instrumento central para a transparência e a eficiência das licitações no Brasil. A respeito do PNCP, é correto afirmar que:

- a) sua gestão é de responsabilidade do Tribunal de Contas da União, que fiscaliza diretamente sua operação e conteúdo.
- b) a publicação dos editais de licitação no PNCP é facultativa, podendo os entes federativos optar por publicar apenas em seus diários oficiais e em ferramentas eletrônicas próprias.
- c) é de utilização obrigatória pelos entes federativos, mas a divulgação de contratos e aditamentos no portal é facultativa, diferentemente da publicidade no site do próprio órgão contratante (Portais de Transparência).
- d) o PNCP deverá conter, entre outras informações, os planos de contratação anuais, os editais, os contratos e seus aditamentos, além de um sistema de registro cadastral unificado.
- e) o acesso ao PNCP é restrito aos órgãos de controle e aos licitantes, não sendo aberto ao público em geral, para preservar o sigilo comercial das propostas.

12. Considerando o disposto na Lei nº 8.987/1995, assinale a alternativa que apresenta um direito do usuário previsto expressamente na referida lei.

- a) Recusar-se a pagar a tarifa, caso considere o serviço prestado de baixa qualidade.
- b) Ter acesso gratuito aos serviços delegados, caso comprove baixa renda.
- c) Levar ao conhecimento do poder público e da concessionária as irregularidades de que tenha conhecimento, referentes ao serviço prestado.
- d) Solicitar a interrupção temporária do serviço sem qualquer ônus, por motivo de viagem.
- e) Participar diretamente da definição do valor das tarifas, por meio de consulta pública obrigatória.

13. Nos termos da jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação aos Agentes Públicos, assinale a alternativa correta:

- a) É cabível ao Poder Judiciário, por força do princípio da isonomia, a conceder majorações de remunerações pagas a servidores públicos.
- b) Servidores aposentados fazem jus à percepção do auxílio-alimentação, por tratar-se de direito adquirido durante o exercício do cargo.
- c) A garantia, em favor do servidor público, do recebimento do salário mínimo refere-se apenas ao vencimento básico.
- d) É constitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais a índices federais de correção monetária.
- e) A suspensão dos direitos políticos não impede a nomeação e posse de candidato aprovado em concurso público, desde que não incompatível com a infração penal praticada, sendo que o início do efetivo exercício do cargo ficará condicionado ao regime da pena ou à decisão judicial do juízo de execuções, que analisará a compatibilidade de horários.

14. Considerando as regras da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), é correto afirmar que:

- a) é de 35 anos o prazo máximo de restrição de acesso a informações classificadas como ultrassecretas.
- b) autenticidade diz respeito à qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.
- c) informações que são de interesse público devem ser divulgadas apenas mediante solicitação subscrita por legitimado.
- d) os pedidos de acesso à informação de interesse público devem ser motivados, sob pena de não serem recebidos.
- e) se o poder público indeferir pedido de acesso à informação, deverá motivar o respectivo indeferimento, sob pena de o responsável se sujeitar a medidas disciplinares.

15. O contrato de rateio é o instrumento pelo qual os entes consorciados se comprometem a fornecer recursos financeiros ao consórcio público. Segundo a Lei 11.107/2005, em caso de inadimplência de um ente consorciado com suas obrigações previstas no contrato de rateio:

- a) o ente inadimplente será automaticamente excluído do consórcio, sem necessidade de prévia notificação.
- b) o consórcio pode exigir judicialmente o cumprimento da obrigação, mas não pode suspender o ente inadimplente.
- c) a União deverá cobrir o valor em atraso, se o consórcio envolver municípios de um mesmo Estado.
- d) o ente inadimplente poderá ser suspenso de sua participação no consórcio, ficando em regra impedido de usufruir de suas vantagens até a regularização da situação.
- e) os demais entes consorciados devem, solidariamente, arcar com a parcela do ente inadimplente para garantir a continuidade das atividades.

16. No que se refere ao controle sobre os atos administrativos, é correto asseverar que a(o)

- a) anulação decorre da constatação de que o ato não atende ao interesse público.
- b) revogação enseja o desfazimento do ato com efeitos *ex tunc*.
- c) controle judicial não ocorre sobre atos discricionários.
- d) controle administrativo prescinde de provocação.
- e) cassação ocorre quando surge norma jurídica que torna inadmissível situação anterior, na qual foi praticado o ato administrativo.

DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

17. Uma comissão parlamentar de inquérito foi instalada na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, visando a investigar possível desvio de recursos públicos estaduais. No dia seguinte, a comissão, por decisão fundamentada de seu colegiado, decidiu decretar:

- I – a indisponibilidade de bens dos investigados;
- II – a quebra do sigilo bancário deles;
- III – busca e apreensão nos respectivos domicílios;
- IV – a convocação de testemunhas para prestarem depoimentos.

À luz da jurisprudência, da doutrina e da CF, é correto afirmar ser lícita a decretação pela CPI apenas das medidas:

- a) II e IV
- b) I, II e IV
- c) IV
- d) I e III
- e) II e III

18. Com base na jurisprudência do STF a respeito do julgamento das contas dos Prefeitos, analise os itens a seguir:

I - Compete aos Tribunais de Contas o julgamento das contas de Prefeitos que atuem na qualidade de ordenadores de despesas.

II – A competência dos Tribunais de Contas, quando atestada a irregularidade de contas de gestão prestadas por Prefeitos ordenadores de despesa, inclui a imputação de débito e a aplicação de sanções até mesmo na esfera eleitoral, independentemente de ratificação pelas Câmaras Municipais, acarretando a inelegibilidade decorrente da rejeição da prestação de contas.

III – A competência do Tribunal de Contas para emissão do parecer prévio em relação às contas do Chefe do Executivo, quando extrapolado, em muito, o prazo constitucionalmente imposto, não tem o condão de obstruir a competência do Poder Legislativo para julgar essas contas.

Estão corretos, apenas:

- a) I e III
- b) I e II
- c) II e III
- d) I, II e III
- e) nenhum

19. À luz da CF, é vedado aos juízes, exceto:

- a) exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério;
- b) receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participação em processo, salvo nos casos previstos em lei;
- c) dedicar-se à atividade político-partidária.
- d) receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei
- e) exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

20. Em relação aos direitos e garantias fundamentais, é incorreto afirmar que:

- a) O Poder Judiciário pode controlar o ato administrativo de heteroidentificação de candidatos que concorrem às vagas reservadas a pessoas pretas e pardas em concurso público, para garantia de contraditório e ampla defesa
- b) A mera apreensão do aparelho celular, nos casos de flagrante delito, não está sujeita à reserva de jurisdição.
- c) Na hipótese de posse em cargo público determinada por decisão judicial, o servidor não faz jus a indenização, sob fundamento de que deveria ter sido investido em momento anterior, mesmo em caso de arbitrariedade flagrante.
- d) Pacientes maiores e capazes têm o direito de recusar procedimento médico que envolva transfusão de sangue, com base na autonomia individual e na liberdade religiosa
- e) Em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, os Tribunais de Contas estão sujeitos ao prazo de 5 anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas.

CONTROLE EXTERNO

Herbert Almeida

21. Link é agente público de município do interior do estado e teve as suas contas rejeitadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, que determinou o ressarcimento de danos causados ao erário e simultaneamente aplicou-lhe multa proporcional ao dano. Zilda também é agente do mesmo município e foi multada (multa simples) por descumprir determinação do Tribunal de Contas. Os dois não quitaram os débitos, motivo pelo qual houve a necessidade de propor ação de execução no âmbito judicial.

Considerando as situações hipotéticas acima, julgue os itens a seguir.

- a) Todas as ações de execução serão propostas pelo Tribunal de Contas, órgão técnico responsável pela proteção dos recursos públicos.
- b) A cobrança do débito (dano ao erário) será proposta pelo município, enquanto as multas (proporcional ao dano e simples) serão executadas por iniciativa do estado de Minas Gerais.
- c) A cobrança do débito (dano ao erário) e da multa proporcional ao dano será proposta pelo município, enquanto a multa simples será executada por iniciativa do estado de Minas Gerais.
- d) O Estado e o município são credores solidários de todos os valores, sendo que as ações de execução poderão ser propostas pelas procuradorias de ambos os entes da Federação.
- e) O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas poderá propor as ações de cobrança, caso os entes credores (município ou estado) não apresentem as ações no prazo legal.

22. Sobre a composição e estrutura dos tribunais de contas, é correto afirmar que:

- a) Segundo a Constituição Federal, a escolha deverá recair entre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos.
- b) Nos tribunais de contas dos estados e do Distrito Federal, seis conselheiros serão escolhidos pelo Poder Legislativo e três pelo Chefe do Executivo.
- c) É vedada a criação de órgãos estaduais denominados tribunais de contas dos municípios.
- d) Os tribunais de contas não fazem parte do Poder Judiciário, mas gozam de prerrogativas típicas dos órgãos judiciais, como a autonomia, o autogoverno e a vitaliciedade dos seus membros.
- e) A criação de tribunais de contas municipais, no estilo do Tribunal de Contas do Município de São Paulo ou do Rio de Janeiro, somente poderá ocorrer mediante emenda à constituição estadual.

23. Luigi requisitou a concessão de sua aposentadoria, que foi deferida, em agosto de 2022, pelo setor de pessoal do município em que atua como servidor público. Em seguida, o processo foi enviado ao Tribunal de Contas, sendo que o protocolo ocorreu em fevereiro de 2023. Considerando essa situação hipotética, julgue o item a seguir:

- a) O Tribunal de Contas deverá conceder o contraditório e a ampla defesa, caso pretenda indeferir o registro da aposentadoria.
- b) O prazo para o Tribunal efetuar o registro terminará em agosto de 2027.
- c) Caberá ao Tribunal de Contas proceder diretamente as correções necessárias na aposentadoria, caso identifique ilegalidades.
- d) O prazo de cinco anos para o julgamento da legalidade da aposentadoria termina em fevereiro de 2028, sendo que a ausência de apreciação ensejará o registro tácito.
- e) Na análise da legalidade para fins de registro, o Tribunal de Contas deverá anular os vícios identificados no ato de aposentadoria.

24. Sobre a declaração de inidoneidade prevista na Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, assinale a alternativa correta:

- a) É aplicada a qualquer licitante que perca um certame por falta de documentação técnica.
- b) A sanção de declaração de inidoneidade não pode ser aplicada pelo Tribunal de Contas, uma vez que foi derogada pela Lei de Licitações.
- c) A declaração de inidoneidade será imposta pelo Tribunal de Contas quando verificada a ocorrência de fraude na licitação, alcançando a administração estadual e municipal pelo prazo de até cinco anos.
- d) Uma vez declarada a inidoneidade, o licitante fica impedido de contratar apenas com o órgão específico onde ocorreu a fraude.
- e) A autoridade competente que deixar de efetivar a medida de proibição de contratar não sofre qualquer sanção administrativa do Tribunal.

25. O Presidente do Tribunal possui atribuições administrativas, estratégicas e de controle externo. Sobre o seu direito de voto nos órgãos colegiados, assinale a alternativa que descreve uma situação em que o Presidente profere voto:

- a) O Presidente do Tribunal de Contas vota em todos os processos de prestação de contas de prefeitos municipais que tramitam nas Câmaras.
- b) O Presidente possui voto em todos os processos relatados por conselheiros substitutos, para fins de homologação.
- c) O Presidente vota em processos de enunciado de súmula, uniformização de jurisprudência, consulta, prejudgado e projeto de ato normativo, além de votar para completar o quórum ou desempatar.
- d) Por ser o representante máximo da Corte, o Presidente é o relator nato de todos os processos que envolvam o Governador do Estado.
- e) O Presidente vota apenas em matérias administrativas internas, sendo vedada sua participação em votações de natureza técnica ou de controle externo no Tribunal Pleno.

26. No que se refere à tomada de contas especial e à classificação das decisões em processos de contas perante o Tribunal de Contas, assinale a alternativa correta:

- a) A decisão terminativa é aquela pela qual o Tribunal examina o mérito do processo para julgar as contas como regulares, regulares com ressalva ou irregulares.
- b) A tomada de contas especial é um procedimento de rotina anual, devendo ser instaurada independentemente da existência de dano ao erário ou esgotamento de medidas administrativas internas.
- c) As contas serão julgadas regulares, com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal, desde que o dano ao erário apurado seja de valor inferior ao limite de alçada do Tribunal.
- d) Diante da omissão no dever de prestar contas ou da ocorrência de desfalque, a autoridade administrativa competente deve, como medida de exceção, instaurar a tomada de contas especial após esgotadas as medidas administrativas internas.
- e) Caso o Tribunal, durante uma fiscalização, identifique um dano ao erário já quantificado e o responsável identificado, deverá arquivar o processo de fiscalização e aguardar que o órgão de origem instaure a fase interna da tomada de contas especial.

- b) Os direitos humanos exprimem certa consciência ética universal.
- c) Há distinção entre os conceitos, especialmente do ponto de vista do plano jurídico de positivação.
- d) As terminologias apresentadas pelo enunciado podem se confundir ou se complementar em determinados momentos.
- e) Em razão da essencialidade material que compõe um núcleo comum a ambos os conceitos, atualmente, a doutrina reconhece uma verdadeira simbiose, o que impede que seja possível traçar algum elemento de distinção entre eles.

28. Na Declaração Universal dos Direitos Humanos, Resolução 217-A, III, da ONU, de 1948, estabelece direitos e garantias fundamentais aplicáveis a todas as pessoas. Com base em seu texto, assinale a alternativa correta.

- a) A DUDH permite discriminação fundada em nacionalidade, desde que prevista pela lei interna do Estado soberano, garantindo seu dever de responsabilidade primária.
- b) A DUDH assegura que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, pondo fim a qualquer via discriminatória que se ambicionasse invocar.
- c) A DUDH restringe o direito à liberdade de manifestação religiosa às condutas individuais em privado.
- d) A DUDH não veda expressamente a escravidão em situações de excepcional de interesse do Estado.
- e) A DUDH condiciona a proibição da tortura à inexistência de estado de guerra, a fim de evitar a propagação de conflitos bélicos entre os Estados.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

Géssica Ehle

27. Sobre o conceito de Direitos Humanos e Direitos Fundamentais, assinale a alternativa que não apresenta atributos que referem a tais conceitos.

- a) Os direitos fundamentais são os reconhecidos e vinculados à esfera constitucional de determinado Estado, ao passo que os direitos humanos estão firmados por posições jurídicas internacionais.

29. A Agenda 2030 é um plano global de ações que visam acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. Com base nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, analise as assertivas a seguir.

- I. A Agenda 2030 prevê, expressamente, que os Estados deverão perseguir o fim da pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares, incluindo a meta de fortalecer a resiliência dos pobres e das pessoas em situação de vulnerabilidade frente a eventos extremos relacionados ao clima e a choques econômicos, sociais e ambientais.
- II. A redução das desigualdades dentro dos países e entre eles, também vem prevendo a criação de mecanismos que facilitem a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas, por meio de políticas migratórias planejadas e bem geridas.
- III. Uma das metas da Agenda 2030 busca fornecer identidade legal para todos, como o registro de nascimento, até 2030.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) I e II.
- d) I e III.
- e) I, II e III.

30. Julgue as assertivas a seguir, relativas ao Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015, à Lei nº 10.098/2000, lei da acessibilidade e à Lei nº 10.048/2000, lei da prioridade de atendimento.

- () O Estatuto da Pessoa com Deficiência adota o modelo social da deficiência, compreendendo-a como resultado da interação entre impedimentos e barreiras que limitam a participação plena e efetiva da pessoa na sociedade.
- () A Lei nº 10.098/2000 estabelece normas gerais para a promoção da acessibilidade, visando à eliminação de barreiras urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes e nas comunicações, assegurando autonomia e qualidade de vida tanto às pessoas com deficiência quanto às pessoas com mobilidade reduzida.
- () A Lei nº 10.048/2000 foi aprovada para, exclusiva e especificamente, garantir prioridade de atendimento às pessoas com deficiência, de modo que seus acompanhantes e atendentes pessoais terão atendimento logo após os titulares da prioridade.

A sequência correta que responde a questão é:

- a) V-V-V
- b) V-F-V
- c) F-F-F
- d) V-V-F
- e) F-F-V

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**OBRAS – PLANEJAMENTO, NORMAS,
FISCALIZAÇÃO E LEGISLAÇÃO***Guilherme Venturim*

31. No âmbito da análise de viabilidade econômico-financeira de investimentos em infraestrutura, um engenheiro civil avalia três projetos mutuamente excludentes, denominados “Projeto A”, “Projeto B” e “Projeto C”, todos com a mesma vida útil e avaliados à taxa mínima de atratividade (TMA) de 10% ao ano.

Os estudos preliminares resultaram nos seguintes indicadores econômicos:

Projeto	Investimento Inicial (R\$)	Valor Presente Líquido – VPL (R\$)	Taxa Interna de Retorno – TIR (% a.a.)
A	1.000.000	180.000	18%
B	2.000.000	260.000	14%
C	3.000.000	300.000	12%

Considerando exclusivamente os critérios clássicos de análise econômica de investimentos, assinale a alternativa que indica o projeto que deve ser selecionado.

- a) O Projeto A, por apresentar a maior Taxa Interna de Retorno.
- b) O Projeto B, por apresentar a melhor relação entre VPL e investimento inicial.
- c) O Projeto C, por apresentar o maior Valor Presente Líquido.
- d) O Projeto A, pois apresenta simultaneamente VPL positivo e TIR superior à TMA.
- e) Nenhum dos projetos deve ser selecionado, pois há conflito entre os critérios de VPL e TIR.

32. Durante a execução de uma obra pública de infraestrutura, o empreiteiro solicitou a medição e o pagamento em separado do serviço de escoramento das estruturas de concreto, alegando que tal atividade gerou custos adicionais não previstos inicialmente.

O fiscal do contrato, ao analisar a solicitação, verificou que o item “Execução de estruturas de concreto armado” deveria ser medido por unidade de volume (m^3), sem detalhamento explícito quanto ao escoramento. O empreiteiro, por sua vez, sustenta que, por não constar de forma expressa na planilha, o serviço deveria ser remunerado à parte.

Diante desse conflito e considerando os princípios técnicos e contratuais aplicáveis à fiscalização de obras, assinale a alternativa que indica onde o fiscal deve buscar as informações prioritárias para subsidiar sua decisão.

- a) Exclusivamente na planilha orçamentária, pois é o documento que define os itens passíveis de pagamento.
- b) No cronograma físico-financeiro, por refletir a forma de execução pactuada entre as partes.
- c) Nos critérios de medição e pagamento previstos no edital, no contrato e em seus anexos técnicos, especialmente nas composições de preços e especificações.
- d) Na proposta comercial do empreiteiro, pois ela expressa os custos efetivamente considerados na formação do preço.
- e) No entendimento do empreiteiro quanto à complexidade do serviço, em observância ao princípio do equilíbrio econômico-financeiro.

33. No âmbito da contratação e execução de obras públicas, assinale a alternativa correta no que se refere ao Caderno de Encargos.

- a) O Caderno de Encargos restringe-se à definição do objeto da licitação, não abrangendo requisitos relacionados à fiscalização e ao controle da execução da obra.
- b) O Caderno de Encargos é um documento facultativo, utilizado apenas quando inexistir projeto executivo suficientemente detalhado.
- c) O Caderno de Encargos possui natureza exclusivamente administrativa, não podendo estabelecer discriminações técnicas ou procedimentos construtivos.
- d) O Caderno de Encargos substitui o memorial descritivo e o projeto executivo, consolidando todas as informações técnicas necessárias à execução da obra.
- e) O Caderno de Encargos integra o edital e o contrato, estabelecendo requisitos, condições, diretrizes técnicas e administrativas, bem como critérios e procedimentos para contratação, execução, fiscalização e controle de obras e serviços.

34. Durante auditoria em contrato de construção e montagem industrial, constatou-se que a contratada iniciou atividades com trabalhos em altura, movimentação mecanizada de cargas e execução simultânea de frentes de serviço, sem a devida formalização do planejamento das condições de segurança do canteiro. A empresa alegou que o atendimento às exigências da NR-01 (PGR) seria suficiente para a gestão dos riscos ocupacionais, não sendo necessária providência adicional específica para a obra.

À luz da NR-18 e da boa prática de fiscalização de contratos, assinale a alternativa correta.

- a) A NR-18 é subsidiária à NR-01, razão pela qual a existência de PGR válido dispensa o atendimento às exigências específicas aplicáveis à indústria da construção.
- b) A NR-18 exige o planejamento, a implementação e o controle de medidas preventivas específicas para as atividades da construção, devendo tais medidas estar integradas, mas não substituídas, pelo PGR previsto na NR-01.
- c) O atendimento às exigências da NR-18 é responsabilidade exclusiva do trabalhador, cabendo ao empregador apenas o fornecimento de EPI.
- d) Em contratos de construção e montagem industrial, a NR-18 aplica-se apenas às atividades típicas de edificações civis, não alcançando montagens eletromecânicas.
- e) A ausência de planejamento formal das medidas de segurança caracteriza falha operacional, mas não enseja responsabilização do gestor ou do fiscal do contrato.

35. No desenvolvimento de projetos de engenharia para uma obra de grande porte, a Administração Pública avaliou três abordagens de compatibilização de projetos:

- (i) compatibilização manual em prancheta;
- (ii) compatibilização assistida por CAD 2D/3D;
- (iii) compatibilização em ambiente BIM.

Considerando as características técnicas de cada abordagem, seus impactos na detecção de interferências e as boas práticas de gestão de projetos, assinale a alternativa correta.

- a) A compatibilização em ambiente BIM permite a detecção automatizada de interferências físicas e funcionais entre disciplinas, reduzindo riscos de conflitos em obra, embora não dispense a análise técnica e a validação por profissionais habilitados.
- b) A compatibilização em prancheta apresenta maior confiabilidade técnica que o CAD e o BIM, pois permite a análise simultânea de todos os sistemas.
- c) A compatibilização em CAD elimina a necessidade de análise crítica por parte do engenheiro, uma vez que o software identifica automaticamente todas as interferências entre disciplinas.
- d) A compatibilização em BIM restringe-se à sobreposição gráfica de projetos, não agregando vantagens relevantes em relação ao CAD 3D no que se refere à gestão de conflitos.
- e) A compatibilização de projetos é etapa exclusiva da execução da obra, sendo dispensável nas fases de projeto básico e executivo.

36. Durante a execução de um contrato de obra pública com medições mensais, o empreiteiro apresentou uma medição solicitando o pagamento integral de determinado serviço, alegando que a etapa correspondente havia sido “substancialmente concluída”. O fiscal do contrato, ao realizar vistoria *in loco*, constatou que parte relevante dos serviços ainda não atendia integralmente às especificações técnicas previstas no projeto e no caderno de encargos, embora houvesse avanço físico visível.

Considerando os princípios que regem as medições de contratos de obras e serviços de engenharia, a legislação aplicável e a boa prática de fiscalização, assinale a alternativa correta.

- a) O pagamento deve ser realizado integralmente, uma vez que o avanço físico do serviço já é suficiente para caracterizar a execução contratual.
- b) O fiscal deve medir e autorizar o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados, aceitos tecnicamente e em conformidade com os critérios de medição previstos nos documentos contratuais.
- c) A medição dos serviços deverá ser executada somente após a conclusão da totalidade dos serviços programados, desde que integralmente aprovados pela fiscalização.
- d) A divergência entre execução física e especificação técnica deve ser resolvida pelo empreiteiro, sem interferência do fiscal, para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- e) A medição mensal possui caráter estimativo, não sendo exigida a verificação *in loco* pelo fiscal do contrato.

37. Considerando o conceito de Impacto Ambiental Regional, assinale a alternativa correta.

- a) Impacto ambiental regional é aquele cujos efeitos indiretos ultrapassam os limites municipais, ainda que a área de influência direta do projeto esteja restrita a um único Estado.
- b) Impacto ambiental regional caracteriza-se quando os impactos ambientais afetam, direta ou indiretamente, dois ou mais municípios limítrofes.
- c) Impacto ambiental regional restringe-se a empreendimentos de competência exclusiva do órgão ambiental municipal, não se aplicando a obras licenciadas por órgãos estaduais.
- d) Impacto ambiental regional é todo e qualquer impacto ambiental que afete diretamente, no todo ou em parte, o território de dois ou mais Estados, dentro da área de influência direta do empreendimento.
- e) Impacto ambiental regional ocorre quando os impactos ambientais alcançam simultaneamente o território de todos os Estados de uma região do país (sul; sudeste; nordeste; norte; centro-oeste).

38. No âmbito das contratações públicas de obras e serviços de engenharia, a Lei nº 14.133/2021 estabelece regras específicas relacionadas ao licenciamento ambiental quando essa responsabilidade é atribuída à Administração Pública.

À luz do disposto no art. 115, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta.

- a) A licença ambiental prévia pode ser obtida após a publicação do edital, desde que antes da assinatura do contrato administrativo.
- b) O licenciamento ambiental é sempre de responsabilidade do contratado, sendo vedada sua assunção pela Administração Pública.
- c) A exigência de licença prévia aplica-se apenas à fase de execução contratual, não interferindo na fase interna da licitação.

d) A ausência de licença prévia não impede a publicação do edital, desde que o licenciamento seja concluído antes da emissão da ordem de serviço.

e) Quando a responsabilidade pelo licenciamento ambiental for da Administração, a manifestação prévia ou a licença prévia, quando cabíveis, devem ser obtidas antes da divulgação do edital.

39. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos legais, ou pelos respectivos substitutos.

Quanto à atuação dos fiscais de contrato, assinale a alternativa correta.

- a) O fiscal do contrato possui competência plena para decidir e deliberar sobre qualquer matéria relacionada à execução contratual.
- b) O fiscal deve apenas acompanhar a execução física do objeto, sendo vedado o registro formal de ocorrências relacionadas à execução do contrato.
- c) A atuação do fiscal do contrato é personalíssima, sendo vedada a contratação de terceiros para auxiliá-lo ou subsidiá-lo tecnicamente, mas podendo ser auxiliado por órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno.
- d) O fiscal deve registrar formalmente as ocorrências da execução, determinar medidas para regularização de falhas e comunicar tempestivamente à autoridade superior as situações que extrapolem sua competência.
- e) O fiscal do contrato responde exclusivamente pelos riscos jurídicos do contrato, não podendo contar com o apoio de órgãos de assessoramento da Administração.

40. A Administração Pública pretende contratar serviços especializados com o objetivo de reduzir despesas correntes, admitindo-se, para tanto, a realização de obras e o fornecimento de bens. A remuneração do contratado será vinculada a um percentual da economia efetivamente obtida, apurada durante a execução contratual.

Considerando o conceito de contrato de eficiência, o critério de julgamento aplicável e as modalidades de licitação previstas na Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta.

- a) O contrato de eficiência deve ser celebrado, obrigatoriamente, por meio da modalidade pregão, com critério de julgamento pelo menor preço.
- b) O contrato de eficiência deve ser licitado por concorrência, com critério de julgamento pelo maior retorno econômico.
- c) O contrato de eficiência exige a adoção da modalidade concurso, com julgamento pela melhor técnica ou conteúdo artístico.
- d) O contrato de eficiência deve ser celebrado por diálogo competitivo, independentemente da natureza do objeto, utilizando-se o critério de maior retorno econômico.
- e) O contrato de eficiência deve ser contratado por pregão, uma vez que a remuneração do contratado decorre da economia gerada à Administração.

41. Durante a fase de planejamento de uma contratação pública de obra de engenharia, a Administração constatou que, em razão da natureza do objeto, os quantitativos dos itens orçamentários não poderiam ser definidos com precisão, estando sujeitos a variações decorrentes de condições identificáveis apenas durante a execução, tais como interferências em campo, ajustes construtivos e características do subsolo.

Diante desse cenário, o regime de execução mais apropriado seria:

- a) Empreitada por preço global, por assegurar maior previsibilidade orçamentária à Administração, independentemente da precisão dos quantitativos.
- b) Empreitada integral, por transferir integralmente ao contratado os riscos associados à variação de quantitativos.
- c) Contratação integrada, por permitir que o contratado defina livremente os quantitativos durante a execução da obra.
- d) Fornecimento e prestação de serviço associado, por possibilitar ajustes contratuais automáticos dos quantitativos executados.
- e) Empreitada por preços unitários, por permitir a medição e o pagamento com base nas quantidades efetivamente executadas.

42. No âmbito das contratações públicas regidas pela Lei nº 14.133/2021, a Administração pretende exigir a prestação de garantia em um contrato de obra de engenharia, sem que tenha sido realizada justificativa específica relacionada à complexidade técnica ou aos riscos envolvidos.

Considerando o disposto na respectiva Lei, assinale a alternativa correta quanto ao percentual máximo de garantia que poderá ser exigido nessa situação.

- a) 2% (dois por cento) do valor inicial do contrato.
- b) 3% (três por cento) do valor inicial do contrato.
- c) 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.
- d) 8% (oito por cento) do valor inicial do contrato.
- e) 10% (dez por cento) do valor inicial do contrato.

43. Durante a execução contratual de uma obra, ocorreu um evento superveniente expressamente alocado ao contratado na matriz de riscos elaborada pela Administração Pública, para o qual havia cobertura securitária disponível no mercado. Mesmo assim, o contratado pleiteou o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Sobre este assunto, assinale a alternativa correta.

- a) O reequilíbrio econômico-financeiro é devido sempre que ocorrer evento superveniente, ainda que o risco tenha sido previamente alocado ao contratado na matriz de riscos.
- b) Os riscos contratuais devem ser distribuídos de forma igualitária entre as partes, independentemente da natureza do risco ou da capacidade de cada setor para gerenciá-lo.
- c) A matriz de alocação de riscos possui caráter meramente indicativo e não vincula a solução de pleitos apresentados pelas partes durante a execução contratual.
- d) Os riscos cobertos por seguradoras devem ser obrigatoriamente assumidos pela Administração, por se tratar do ente com maior capacidade financeira.
- e) Considera-se mantido o equilíbrio econômico-financeiro inicial, ressalvadas as hipóteses legais de alterações unilaterais da Administração e de modificação superveniente da carga tributária.

44. Em uma licitação para execução de obra de engenharia, o valor orçado pela Administração foi estimado em R\$ 1.000.000,00. Na fase de julgamento das propostas, foram apresentados os seguintes valores globais pelos licitantes:

Proposta A: R\$ 920.000,00

Proposta B: R\$ 800.000,00

Proposta C: R\$ 760.000,00

Proposta D: R\$ 740.000,00

Proposta E: R\$ 680.000,00

Considerando o disposto na Lei 14.133/21, assinale a alternativa que indica as propostas que seriam, a princípio, inexequíveis.

- a) Apenas a proposta E.
- b) Apenas as propostas D e E.
- c) Apenas as propostas C, D e E.
- d) Apenas as propostas B, C, D e E.
- e) Nenhuma das propostas apresentadas.

OBRAS DE EDIFICAÇÕES

Raul Suzuki

45. Conforme a ABNT NBR 14653-1:2019, o método que identifica o valor do bem pelo somatório dos valores de seus componentes, considerando fator específico quando a finalidade for valor de mercado, é o:

- a) método evolutivo.
- b) método involutivo.
- c) método da capitalização da renda.
- d) método comparativo direto de dados de mercado.
- e) método comparativo direto de custo.

46. Quanto à apresentação do laudo de avaliação na ABNT NBR 14653-2:2011, assinale a alternativa correta.

- a) O laudo de avaliação simplificado deve conter, obrigatoriamente, todos os itens exigidos para o laudo completo.
- b) O laudo de avaliação simplificado deve trazer, entre os requisitos mínimos, a planilha dos dados utilizados;
- c) Os anexos listados na norma são obrigatórios em qualquer hipótese, independentemente do grau de fundamentação.
- d) No método comparativo direto de dados de mercado, é dispensável explicitar cálculos, campo de arbítrio e o gráfico de preços observados versus valores estimados.
- e) O laudo de avaliação simplificado é indispensável elencar pressupostos, ressalvas e fatores limitantes.

47. Considerando o manual do SINAPI, assinale a alternativa correta acerca da **formação do preço** em obras.

- a) O preço, na construção, corresponde exclusivamente ao custo direto, pois custos indiretos, despesas e lucro não integram o valor contratual.
- b) Os custos diretos e indiretos do orçamento são estimados como percentual incidente sobre o BDI, formado por custos e tributos.
- c) O BDI é composto apenas pelo lucro (bonificação), sendo vedada a inclusão de despesas indiretas.
- d) O preço, na construção, é o valor contratual acordado para a obra, incluindo custos, despesas e lucro; e as demais parcelas da formação do preço são estimadas como percentual a incidir sobre os custos, formado pelo lucro (bonificação) e pelas despesas indiretas.
- e) A estimativa do BDI independe de características da obra e do contrato, pois decorre apenas do projeto.

48. No que se refere ao uso do SINAPI em processos de licitação pública, julgue as alternativas de acordo com o Manual do SINAPI e assinale a correta.

- a) É recomendável que, quando adotado o SINAPI na preparação de licitação pública, os serviços licitados sejam os descritos nos Cadernos Técnicos do SINAPI para o código da composição; e, havendo adaptação em algum elemento de formação da composição, a nova referência não será considerada SINAPI, cabendo justificativa técnica.
- b) Caso o SINAPI não contemple referências para todos os serviços necessários, é vedada a adoção de outros sistemas de referência, devendo-se restringir ao SINAPI/SICRO.
- c) O responsável técnico pelo orçamento de referência limita-se a aplicar automaticamente a referência SINAPI, não sendo sua atribuição definir o serviço adequado para a obra.
- d) Havendo adaptação em algum elemento de formação da composição do SINAPI, a referência

permanece sendo SINAPI, dispensada justificativa técnica.

- e) A utilização de outros sistemas de referência é desaconselhável, pois o SINAPI contempla referências para todos os serviços necessários ao orçamento.

49. Em uma composição de custos do SINAPI, considere um equipamento com operador exclusivo (logo, a parcela CMOB é apropriada no custo horário). Admita as seguintes parcelas horárias (em R\$/h): D = 20, J = 5, M = 10, CMAT = 8, CMOB = 12. Nessa situação, os valores de Custo Horário Produtivo (CHP) e Custo Horário Improdutivo (CHI), respectivamente, são:

- a) CHP = 43 e CHI = 25.
- b) CHP = 55 e CHI = 37.
- c) CHP = 37 e CHI = 55.
- d) CHP = 55 e CHI = 45.
- e) CHP = 43 e CHI = 37.

50. Ao selecionar um sistema de impermeabilização para uma laje exposta, o projetista precisa diferenciar soluções rígidas e flexíveis. Considerando a classificação por material e o comportamento quanto à flexibilidade, assinale a alternativa correta.

- a) A impermeabilização cimentícia é, em termos gerais, flexível, pois costuma incorporar aditivos poliméricos.
- b) As impermeabilizações asfáltica e polimérica são, em termos gerais, rígidas, pois dependem de ligantes de maior viscosidade.
- c) A membrana epoxídica é sempre flexível, pois pertence ao grupo das impermeabilizações poliméricas.
- d) A impermeabilização polimérica é, em termos gerais, rígida, enquanto a cimentícia é flexível.
- e) Em termos gerais, a impermeabilização cimentícia é rígida; a asfáltica e a polimérica são flexíveis, havendo exceção para a membrana epoxídica, que, apesar de polimérica, apresenta características de rígida.

51. Em uma execução de alvenaria com juntas a prumo, a fiscalização determinou a adoção de armadura, conforme prescrição normativa citada no material. Assinale a alternativa correta.

- a) Na execução de alvenaria com juntas a prumo, é obrigatória a utilização de armaduras longitudinais distanciadas de cerca de 60 cm, na altura, situadas na argamassa de assentamento.
- b) Na execução de alvenaria com juntas a prumo, é obrigatória a utilização de armaduras transversais distanciadas de cerca de 60 cm, na altura, situadas no graute.
- c) Na execução de alvenaria com juntas a prumo, a utilização de armaduras é facultativa, desde que haja verga e contraverga nos vãos.
- d) Na execução de alvenaria com juntas a prumo, é obrigatória a utilização de armaduras longitudinais distanciadas de cerca de 60 cm, na altura, situadas no revestimento.
- e) Na execução de alvenaria com juntas de amarração, é obrigatória a utilização de armaduras longitudinais distanciadas de cerca de 60 cm, na altura.

52. Em uma inspeção de revestimentos de argamassa, foram executados ensaios e verificações dimensionais. Considerando os critérios citados no material, assinale a alternativa correta.

- a) A avaliação por percussão deve ser feita em cerca de 1 m², sendo a cada 100 m² para tetos e a cada 50 m² para paredes.
- b) Relativamente à aderência, o revestimento deve ser aceito se, em um grupo de 12 ensaios (idade ≥ 28 dias), pelo menos oito valores forem iguais ou superiores aos indicados.
- c) O desvio de prumo em paredes internas não pode exceder $H/600$, sendo H a altura da parede, em metros.
- d) O desvio de nível em tetos não pode exceder $L/600$, sendo L o comprimento do maior vão do teto, em metros.

e) As ondulações não podem superar 5 mm em relação a uma régua com 2 m de comprimento.

53. No âmbito das coberturas em madeira, assinale a alternativa correta quanto às definições/funções dos elementos estruturais.

- a) Terça é a viga de madeira apoiada sobre as tesouras ou sobre paredes para sustentação dos caibros.
- b) Chapuz são peças de madeira pregadas sobre as caibros, para sustentação das telhas.
- c) Ripas são vigas principais em treliça, responsáveis por transferir o carregamento do telhado aos pilares.
- d) Frechal é a terça da parte mais alta do telhado.
- e) Mãos-francesas são prolongamentos do alinhamento da parede externa, acima dos frechais, para camuflagem do telhado.

54. Em relação aos elementos empregados em esquadrias e suas definições, assinale a alternativa correta.

- a) Grapa é a junta de vedação pré-moldada com propriedades elásticas que, ao ser pressionada, promove a estanqueidade.
- b) Pivô é o dispositivo que permite o travamento das folhas.
- c) Fecho é a peça acoplada ao marco ou contramarco, destinada à fixação da esquadria ou do contramarco do vão.
- d) Gaxeta/guarnição de vedação é a junta de vedação pré-moldada com propriedades elásticas que, ao ser pressionada, promove a estanqueidade, seja das folhas seja dos panos contra os rebaixos.
- e) Baguete é o elemento decorativo colocado no vidro interna ou externamente.

55. Em ensaio de tração de materiais que não exibem patamar de escoamento nítido, é usual adotar critério gráfico para definição do limite de escoamento. Assinale a alternativa correta.

- a) O escoamento ocorre integralmente na região elástica, sem deformação permanente.
- b) O limite de elasticidade é definido pelo ponto em que o material atinge o limite de resistência.
- c) Para o alumínio, é prática padrão definir o limite de escoamento pelo método da deformação residual, adotando-se deformação de 0,2% e traçando-se uma paralela à parte inicial linear do diagrama.
- d) O endurecimento por deformação ocorre antes do escoamento, na primeira região do diagrama.
- e) A lei de Hooke descreve uma relação não linear entre tensão e deformação na região elástica.

56. Em ligações de peças de madeira com elementos metálicos, a ABNT NBR 7190-1:2022 estabelece requisitos mínimos para arruelas e para pré-furação. Assinale a alternativa correta.

- a) Na fixação por parafusos, arruelas podem ser dispensadas, desde que se aumente a espessura da peça de madeira.
- b) Na fixação de parafusos, devem ser usadas arruelas com diâmetro externo de pelo menos 3d e espessura de no mínimo 0,3d; em uniões pregadas, a pré-furação deve adotar 85% (coníferas) e 98% (folhosas) do diâmetro.
- c) Em uniões pregadas, a pré-furação deve adotar 70% do diâmetro do prego, tanto para coníferas quanto para folhosas.
- d) Parafusos de rosca soberba devem ser instalados com pré-furação de 98% do diâmetro do parafuso.
- e) Na fixação de parafusos, as arruelas devem ter diâmetro externo mínimo de 2d e espessura mínima de 0,2d.

OBRAS HÍDRICAS

Guilherme Venturim

57. Durante a inspeção de rotina de uma barragem de terra, a equipe técnica identificou surgimento de água turva e carreamento de partículas finas na região de jusante, associado à formação progressiva de um canal interno que tende a se estender em direção ao reservatório. Não foram observadas, inicialmente, trincas superficiais relevantes no coroamento.

Com base nas características descritas, assinale a alternativa que corretamente identifica a anomalia e seu mecanismo predominante.

- a) Erosão superficial, provocada pela ação direta das chuvas sobre o talude de jusante, com perda gradual de material por escoamento superficial.
- b) Piping, caracterizado por erosão interna regressiva, normalmente iniciada a jusante, com transporte de partículas do maciço pelo fluxo de percolação.
- c) Liquefação, decorrente do aumento súbito da poropressão no maciço, levando à perda instantânea de resistência do solo.
- d) Recalque diferencial, associado à heterogeneidade do material de fundação, provocando fissuração do maciço e exsudação de água.
- e) Erosão por galgamento, causada pelo transbordamento da água sobre o coroamento da barragem durante eventos extremos de cheia.

58. Quanto aos tipos estruturais de barragens de concreto, assinale a alternativa correta.

- a) A barragem de contraforte transmite o empuxo hidrostático principalmente para as ombreiras, sendo indicada para vales estreitos com rocha resistente.
- b) A barragem em arco apresenta face reta e resiste ao empuxo da água principalmente pelo peso próprio da estrutura.
- c) A barragem de contraforte possui face impermeável apoiada em contrafortes que transferem os esforços predominantemente para a fundação, sendo indicada para vales largos.
- d) A barragem em arco é indicada para vales largos, pois sua geometria reduz a necessidade de ombreiras resistentes.
- e) Ambas as barragens têm comportamento estrutural semelhante, diferindo apenas no volume de concreto utilizado.

59. No projeto de uma usina hidrelétrica, o engenheiro responsável avaliou diferentes tipos de turbinas hidráulicas em função da queda disponível, da vazão do curso d'água e do princípio de funcionamento mais adequado ao aproveitamento energético.

Considerando as características técnicas das turbinas Kaplan, Francis e Pelton, assinale a alternativa correta.

- a) A turbina Pelton é indicada para baixas quedas e grandes vazões, operando predominantemente por reação.
- b) A turbina Kaplan é adequada para grandes quedas e pequenas vazões, sendo classificada como turbina de ação.
- c) A turbina Francis opera tipicamente em condições intermediárias de queda e vazão, sendo uma turbina de reação amplamente utilizada em usinas hidrelétricas.
- d) A turbina Francis é exclusiva para quedas muito elevadas, enquanto a turbina Pelton é indicada para quedas médias.

e) As turbinas Kaplan, Francis e Pelton possuem o mesmo princípio de funcionamento, diferenciando-se apenas pela geometria das pás.

60. No que se refere aos principais métodos de irrigação, analise as assertivas a seguir:

- I. No método de aspersão, a água é aplicada sobre a folhagem da cultura e acima da superfície do solo, simulando a forma de chuva.
- II. A irrigação por superfície caracteriza-se pela aplicação da água utilizando parcial ou totalmente a superfície do solo, com deslocamento por ação da gravidade.
- III. Na irrigação localizada, a água é aplicada em uma área limitada da superfície do solo, preferencialmente na região sombreada pela copa das plantas.
- IV. Na irrigação por subsuperfície ou subterrânea, a água é aplicada abaixo da superfície do solo, diretamente no volume explorado pelas raízes das plantas.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
- e) Todas as assertivas estão corretas.

61. No contexto do planejamento e do dimensionamento da drenagem urbana, os sistemas de águas pluviais são estruturados em microdrenagem e macrodrenagem, diferenciando-se quanto à escala de atuação, aos períodos de retorno adotados em projeto e aos elementos que os compõem. Considerando esses conceitos, assinale a alternativa correta.

- a) A microdrenagem corresponde ao sistema inicial de coleta das águas escoadas superficialmente, enquanto a macrodrenagem é formada por canais e cursos d'água.
- b) A microdrenagem atua na drenagem final dos fundos de vale, ao passo que a macrodrenagem é responsável apenas pela captação pontual das águas pluviais.
- c) A macrodrenagem é composta predominantemente por dispositivos como sarjetas e bocas de lobo, enquanto a microdrenagem envolve canais e rios urbanos.
- d) A microdrenagem e a macrodrenagem diferenciam-se exclusivamente pelo período de retorno adotado, exercendo funções hidráulicas equivalentes.
- e) A macrodrenagem é restrita a sistemas subterrâneos pressurizados, enquanto a microdrenagem ocorre apenas em canais naturais.

62. No âmbito do controle de cheias, as medidas adotadas podem ser classificadas em estruturais (intensivas e extensivas) e não estruturais. Considerando essas classificações, assinale a alternativa correta.

- a) As medidas estruturais intensivas correspondem a obras de engenharia que atuam diretamente no escoamento, podendo acelerar, retardar ou desviar as vazões.
- b) As medidas estruturais extensivas são caracterizadas por grandes obras hidráulicas concentradas nos fundos de vale.
- c) As medidas não estruturais consistem apenas em obras físicas de pequeno porte destinadas ao controle local de enchentes.

d) As medidas estruturais intensivas têm como principal objetivo modificar a cobertura vegetal e reduzir a erosão do solo.

e) As medidas não estruturais atuam diretamente na aceleração ou no retardamento do escoamento superficial.

63. No âmbito do controle de cheias urbanas, as bacias de amortecimento ou contenção podem ser classificadas quanto ao regime de armazenamento e quanto à sua posição em relação ao curso d'água. Considerando essas classificações, assinale a alternativa correta.

- a) Bacias de retenção permanecem secas na estiagem, enquanto bacias de detenção mantêm lâmina permanente de água.
- b) Reservatórios *offline* são implantados no leito do rio e devolvem a água exclusivamente por bombeamento.
- c) Reservatórios *inline* aceleram o escoamento para eliminar cheias, enquanto os *offline* apenas armazenam volumes residuais.
- d) Bacias de detenção armazenam temporariamente os volumes excedentes, permanecendo secas em períodos de estiagem e amortecendo os picos de vazão.
- e) Bacias de retenção e detenção têm função apenas paisagística, sem efeito hidráulico relevante.

64. Em sistemas de adutoras, podem ocorrer regimes transitórios decorrentes de variações bruscas de vazão, capazes de gerar sobrepressões e subpressões na tubulação. Nesse contexto, assinale a alternativa que apresenta um dispositivo que pode ser empregado para mitigar esses efeitos.

- a) Ventosa
- b) Chaminé de equilíbrio
- c) Válvula redutora de pressão
- d) Registro de manobra
- e) Reservatório de regularização

OBRAS RODOVIÁRIAS*Leonardo Hotta*

65. Em um projeto de construção de uma rodovia, foi identificado um grande volume de terraplenagem, sendo que o 80% do volume de escavação é de material de primeira categoria, com Distância Média de Transporte (DMT) de 100 metros. Considerando as recomendações para equipamentos de terraplenagem, assinale a alternativa correta:

- a) Para DMT de 100 metros, é mais adequado utilizar trator de esteiras para escavação e transporte do material.
- b) Para DMT de 100 metros, é mais adequado utilizar escavadeira hidráulica e caminhões basculantes para escavação e transporte.
- c) Para DMT de 100 metros, é mais adequado utilizar motoniveladora para escavação e transporte do material.
- d) Para DMT de 100 metros, é mais adequado utilizar unidades escavo-transportadoras (scrapers) para escavação e transporte.
- e) Para DMT de 100 metros, é mais adequado utilizar retroescavadeira e caminhões basculantes para escavação e transporte.

66. Na execução da camada de base para pavimento flexível de rodovias, especificada como brita graduada simples (BGS), devem ser observadas as normas do DNIT e boas práticas construtivas. Considerando essas recomendações, assinale a alternativa correta.

- a) A espessura compactada de cada camada de base granular deve ser superior a 25 cm para reduzir o número de juntas de construção.
- b) A compactação da BGS deve ser realizada com rolo vibratório liso, garantindo grau de compactação mínimo de 100% da energia indicada, com controle de umidade próximo da ótima quando necessário.
- c) É vedado o uso de rolo pneumático na execução de bases granulares, pois pode causar segregação do material.

d) O tráfego de veículos sobre a base concluída é sempre proibido até a aplicação do revestimento, para evitar perda irreversível da capacidade de suporte.

e) O acabamento da base deve apresentar macrotextura elevada para melhorar a aderência do revestimento, semelhante ao tratamento superficial simples.

67. No dimensionamento de pavimentos flexíveis para rodovias, conforme as diretrizes do DNIT, diversos fatores influenciam a espessura das camadas. Considerando esses critérios, assinale a alternativa correta.

- a) O dimensionamento de pavimentos flexíveis é baseado exclusivamente na resistência do subleito, sendo desnecessária a consideração do tráfego projetado.
- b) O método do DNIT para dimensionamento de pavimentos flexíveis utiliza parâmetros como módulo de resiliência das camadas, mas não considera a ação das cargas repetidas.
- c) A espessura da camada de revestimento é definida apenas pela resistência à fadiga do concreto asfáltico, não sendo influenciada pelo tráfego.
- d) O aumento do CBR do subleito tende a reduzir a espessura total do pavimento, pois indica maior capacidade de suporte do solo.
- e) A variação da temperatura ambiente não influencia o comportamento do revestimento asfáltico no dimensionamento do pavimento.

68. O Sistema de Custos Rodoviários (SICRO) é utilizado para compor preços unitários de serviços em obras rodoviárias, incluindo terraplenagem, pavimentação e drenagem. Considerando as diretrizes do SICRO, assinale a alternativa correta.

- a) O SICRO define preços unitários fixos para todos os serviços, que devem ser padrão, abrangendo todos os estados, independente das condições de execução.
- b) O SICRO considera apenas custos diretos, como equipamentos e insumos, não devem incluir encargos sociais ou administração local, para fins de comparação entre diferentes localidades.
- c) O SICRO utiliza parâmetros como produtividade dos equipamentos, distância média de transporte (DMT), categoria do material e condições operacionais para calcular os custos unitários, buscando parametrizar as condições reais.
- d) No SICRO, a composição de custos para escavação, carga e transporte (ECT) é a mesma para qualquer distância média de transporte (DMT), pois o tipo de equipamento não influencia no custo, sendo selecionado conforme a experiência de execução.
- e) O SICRO não contempla custos com mão de obra, apenas custos de equipamentos e materiais. Os custos com a mão de obra devem ser discriminados no custo da administração local.

69. Os revestimentos de pavimentos flexíveis desempenham papel fundamental na proteção das camadas inferiores e na resistência ao tráfego. Considerando as características dos principais tipos de revestimento utilizados em rodovias, assinale a alternativa correta.

- a) O concreto asfáltico (CA) é um revestimento rígido, com baixa flexibilidade, sendo indicado para suportar grandes deformações sem fissurar.
- b) O revestimento com lama asfáltica é indicado para rodovias de alto volume de tráfego, pois apresenta elevada resistência estrutural e baixa deformabilidade.

c) O concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ) apresenta baixa resistência à fadiga, sendo mais suscetível a trincas sob tráfego intenso do que o tratamento superficial simples (TSS).

d) O microrrevestimento asfáltico é aplicado a quente, com espessura superior a 5 cm, sendo utilizado como camada estrutural em pavimentos flexíveis.

e) O tratamento superficial simples (TSS) é composto por uma única aplicação de ligante asfáltico e agregado, sendo indicado para tráfego leve e como camada de rolamento definitiva em rodovias de baixo volume.

70. A avaliação de pavimentos flexíveis é essencial para definir estratégias de manutenção e reabilitação. Considerando os métodos usuais de avaliação funcional e estrutural, assinale a alternativa correta.

a) A avaliação funcional do pavimento é realizada exclusivamente por ensaios destrutivos, como extração de corpos de prova, para determinar a resistência à fadiga.

b) O Índice de Irregularidade Internacional (IRI) é um parâmetro utilizado para avaliação estrutural do pavimento, pois mede a capacidade de suporte das camadas inferiores.

c) A avaliação estrutural pode ser feita por meio do ensaio com deflectômetro de impacto (FWD), que mede a deflexão da superfície sob carga aplicada, permitindo estimar a capacidade estrutural.

d) A contagem de fissuras e buracos é um método típico de avaliação estrutural, pois indica diretamente a rigidez das camadas do pavimento.

e) A avaliação funcional não considera o conforto do usuário, sendo baseada apenas em parâmetros de resistência mecânica das camadas.

71. Os ensaios de materiais utilizados são fundamentais para garantir a qualidade e o desempenho das camadas de pavimentos rodoviários. Considerando os principais ensaios aplicados a solos e misturas asfálticas, assinale a alternativa correta.

- a) O ensaio Proctor é utilizado para determinar a resistência à tração indireta de misturas asfálticas, sendo realizado em corpos de prova cilíndricos.
- b) O ensaio CBR (California Bearing Ratio) consiste em medir a resistência relativa do solo por meio da penetração de um pistão padrão em corpos de prova compactados, submetidos à imersão, na umidade ótima e densidade máxima obtidas pelo ensaio Proctor.
- c) O ensaio de viscosidade Saybolt-Furol é aplicado para determinar a trabalhabilidade dos agregados miúdos utilizados em misturas asfálticas.
- d) O ensaio Marshall é utilizado para determinar a plasticidade do solo, sendo aplicado em amostras deformáveis para definir o índice de plasticidade.
- e) O ensaio de equivalência de areia é realizado para avaliar a resistência à fadiga do material granular, simulando cargas repetidas.

72. Os pavimentos rígidos são utilizados em rodovias para garantir maior durabilidade e resistência ao tráfego pesado. Considerando as características e práticas construtivas dos pavimentos rígidos, assinale a alternativa correta.

- a) Os pavimentos rígidos apresentam menor sensibilidade às variações de temperatura do que os pavimentos flexíveis, pois não sofrem dilatação ou retração significativa.
- b) Os pavimentos rígidos não necessitam de dispositivos de drenagem, pois o concreto é impermeável e impede a passagem de água para as camadas inferiores.
- c) O dimensionamento dos pavimentos rígidos é baseado exclusivamente na resistência à compressão do concreto, não sendo necessário considerar o tráfego projetado.

d) A base sob o pavimento rígido deve ser sempre impermeável para evitar infiltração, pois a presença de água não afeta o desempenho estrutural do concreto.

e) As juntas de dilatação e retração são elementos essenciais nos pavimentos rígidos, pois controlam fissuras decorrentes das variações térmicas e da retração do concreto.

AUDITORIA DO SETOR PÚBLICO

Guilherme Sant'Anna

73. Com base nos princípios fundamentais de auditoria previstos na ISSAI 100 e nas normas brasileiras aplicáveis, assinale a opção correta.

- a) A independência dos auditores se refere exclusivamente à autonomia em relação à equipe auditada.
- b) O planejamento da auditoria deve ocorrer após a obtenção das evidências, para assegurar sua eficácia.
- c) A auditoria governamental deve, obrigatoriamente, incluir a emissão de parecer jurídico sobre a legalidade dos atos auditados.
- d) A definição do escopo da auditoria deve considerar os riscos, a materialidade e os critérios previamente definidos.
- e) O relatório final da auditoria deve restringir-se aos apontamentos negativos identificados, a fim de manter a imparcialidade do auditor.

74. A respeito das auditorias de conformidade no setor público, assinale a alternativa correta.

- a) As auditorias de conformidade visam verificar a eficiência da gestão pública.
- b) Os critérios utilizados na auditoria de conformidade podem incluir leis, regulamentos e normas internas.
- c) As auditorias de conformidade não admitem combinação com outros tipos de auditoria.
- d) O escopo da auditoria de conformidade é restrito ao controle interno da entidade auditada.
- e) A obtenção de evidências nas auditorias de conformidade é dispensável, desde que o relatório seja conclusivo.

75. No que tange aos princípios do Código de Ética da INTOSAI (ISSAI 30), analise as assertivas abaixo e assinale a correta.

- a) A competência técnica do auditor não está entre os princípios éticos fundamentais, sendo requisito apenas funcional.
- b) A objetividade exige que o auditor atue de maneira imparcial, mas permite que haja influência da chefia imediata.
- c) A integridade está relacionada à confidencialidade das informações obtidas durante a auditoria.
- d) O comportamento profissional inclui o cumprimento de leis e a conduta compatível com a função pública.
- e) A manutenção da independência é incompatível com qualquer tipo de relacionamento interpessoal no ambiente de trabalho.

76. A respeito das evidências de auditoria no contexto da auditoria governamental, assinale a alternativa correta.

- a) A confiabilidade da evidência independe da sua origem ou forma de obtenção.
- b) Evidências obtidas por meio de confirmação externa são, em regra, menos confiáveis do que aquelas obtidas internamente.

c) A suficiência das evidências está relacionada com sua relevância normativa.

d) A evidência testemunhal não é aceita como válida na auditoria do setor público.

e) Evidências documentais obtidas de fontes independentes tendem a ter maior confiabilidade.

77. De acordo com os princípios fundamentais das normas internacionais de auditoria governamental, assinale a opção correta.

- a) O julgamento profissional deve ser aplicado apenas na fase de elaboração do relatório.
- b) O planejamento da auditoria deve ser contínuo e ajustado conforme novas informações são obtidas.
- c) O ceticismo profissional pode ser dispensado quando a equipe de auditoria possuir vasta experiência.
- d) A auditoria operacional não exige o estabelecimento de critérios para avaliação.
- e) A execução da auditoria independe dos objetivos definidos na fase inicial.

78. Com base nas normas internacionais e nacionais de auditoria do setor público, assinale a alternativa correta acerca do relatório de auditoria.

- a) O relatório deve apresentar, de forma clara, os critérios utilizados, os achados, as causas e os efeitos identificados.
- b) Recomenda-se que os relatórios utilizem linguagem excessivamente técnica, mesmo que dificultem o entendimento.
- c) O relatório de auditoria deve conter apenas os achados negativos, de modo a preservar a imparcialidade.
- d) O relatório é um documento sigiloso e não pode ser disponibilizado ao público.
- e) A emissão do relatório é opcional quando não houver irregularidades identificadas.

79. A respeito da auditoria operacional no setor público, analise as assertivas abaixo e assinale a correta.

- a) A auditoria operacional visa exclusivamente apurar ilegalidades na aplicação dos recursos públicos.
- b) Os critérios utilizados na auditoria operacional são, necessariamente, legais e normativos.
- c) O foco da auditoria operacional está nos aspectos de economicidade, eficiência e eficácia.
- d) A auditoria operacional não admite a utilização de técnicas qualitativas na análise.
- e) A aplicação de questionários é vedada como técnica de obtenção de evidência em auditorias operacionais.

80. No que se refere à materialidade na auditoria governamental, assinale a opção correta.

- a) A materialidade não deve ser considerada no planejamento, mas apenas na fase de relatório.
 - b) A determinação da materialidade depende exclusivamente do valor financeiro envolvido.
 - c) A materialidade está relacionada à relevância das informações para a tomada de decisão.
 - d) Valores baixos não devem ser objeto de auditoria, mesmo que revelem práticas recorrentes irregulares.
 - e) A avaliação da materialidade é feita exclusivamente ao final do processo de auditoria.
-

Discursiva Conhecimentos Gerais

Texto Motivador

A atividade fiscalizatória do Poder Legislativo constitui um pilar essencial do Estado Democrático de Direito, fundamentada no sistema de "freios e contrapesos". Dentre os instrumentos de controle, as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) destacam-se como mecanismos de investigação política com o intuito de apurar fatos de relevante interesse público. Todavia, o exercício desses poderes não é absoluto, encontrando balizas nos direitos fundamentais e nas competências exclusivas do Poder Judiciário. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) consolidou entendimentos rigorosos sobre o que os parlamentares podem ou não determinar no curso de um inquérito legislativo, especialmente no que tange à quebra de sigilos e à aplicação de medidas restritivas de liberdade.

Comando da Questão

Considerando as disposições da Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência dos Tribunais Superiores, redija um texto dissertativo que aborde os seguintes aspectos:

1. Requisitos constitucionais para a criação de uma CPI e a natureza jurídica dessa prerrogativa em relação às minorias parlamentares.
2. Poderes de investigação das CPIs que se equiparam aos das autoridades judiciais, com ênfase na quebra de sigilos.
3. Limites impostos pela cláusula de reserva de jurisdição (atividades vedadas às CPIs).
4. Distinções entre as competências das CPIs federais/estaduais e as CPIs municipais.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Folha de Resposta

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

Discursiva Conhecimentos Específicos

Uma autarquia federal lançou edital para a construção de um complexo laboratorial de alta tecnologia, com valor estimado de R\$ 250 milhões. A licitação foi processada na modalidade concorrência, sob o regime de contratação integrada, conforme a Lei nº 14.133/2021. O contrato firmado prevê uma matriz de riscos que atribui à contratada os riscos ordinários de variação de preços de insumos básicos.

Oito meses após a assinatura do contrato e o início das obras, o mercado siderúrgico global sofreu um impacto severo devido a uma crise internacional imprevisível, resultando no aumento extraordinário de 45% no preço do aço. A empresa contratada solicitou formalmente a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro. A Administração, contudo, negou o pleito inicial sob o argumento de que a matriz de riscos já havia alocado à empresa a responsabilidade pelas variações de preços de insumos.

Com base na Lei nº 14.133/2021 e na situação hipotética, redija um texto dissertativo contínuo, de até 60 linhas, abordando:

- a) Aplicabilidade da Lei nº 14.133/2021 ao caso concreto, considerando o órgão contratante (autarquia federal) e o objeto da licitação (obra de engenharia).
- b) Justificativa para a modalidade concorrência, bem como a possibilidade (ou não) de o gestor criar novas modalidades ou combinar as existentes.
- c) Conceito de obra de grande vulto para efeitos da Lei de Licitações e as consequências jurídicas dessa classificação.
- d) Obrigatoriedade da matriz de riscos e sua finalidade na manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- e) Análise do caso concreto, indicando se a empresa contratada tem ou não direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, considerando a matriz de riscos e as características do evento (aumento extraordinário e imprevisível de 45% no preço do aço).
- f) Procedimento para formalização do reequilíbrio econômico-financeiro, incluindo a necessidade de termo aditivo e os limites legais para alterações contratuais unilaterais.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Folha de Resposta

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
